



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 20, janeiro a junho de 2008

DISCUTINDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UM AMBIENTE CORPORATIVO

Lídia Vaz Aguiar¹

Joel de Araujo²

RESUMO

Em função da frequente ocorrência de alguns acidentes ambientais nas últimas décadas, as empresas/ indústrias, por diversos motivos, inclusive pela pressão da própria sociedade, tiveram que deixar suas posturas reativas, tendo, a partir de então, que adotar uma atitude pró-ativa, no sentido de reversão ou mesmo de mitigação dos danos por elas produzidos. Neste contexto, a Educação Ambiental se insere, sendo concebida como um instrumento de extrema importância no processo de mudanças de atitudes nesses ambientes corporativos. No entanto, a implantação de uma educação tida e dita como ambiental nestes ambientes pode vir a assumir vieses diferenciados e, às vezes limitados, visando atender, sim, a determinadas e mínimas exigências legais. Assim, na presente pesquisa objetivou-se conhecer as atividades de Educação Ambiental promovidas por um GRUPO localizado na Região Sudeste do Brasil e especializado na distribuição de Energia Elétrica e Serviços, através do seu programa ambiental denominado “WELCOME”. Ao mesmo tempo, também se buscou caracterizar as atividades compostas no referido programa e tidas como de cunho educativo. Através da análise documental e pesquisa de campo, constatou-se que as atividades realizadas pelo GRUPO frequentemente estão voltadas e privilegiam mais o marketing empresarial e menos as discussões concernentes as principais questões de educação e degradação ambiental.

¹ Mestranda em Engenharia Ambiental, Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ UERJ; CEP: 20550-900; Rio de Janeiro – RJ, Brasil; e Licenciada em Ciências Biológicas, Universidade Federal Fluminense/ UFF; CEP: 24.020-150; Niterói - RJ, Brasil; e-mail: lidia.aguiar@uol.com.br.

² Doutor em Educação, Docente do Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PGCA, Universidade Federal Fluminense; Niterói - R.J; Brasil; CEP: 24.210-340; e-mail: joeldaraujo@brfree.com.br.

Palavras-chave: GRUPO, Programa “*WELCOME*”, *marketing*, Educação ambiental.

ABSTRACT

In view of occurrence of several environmental accidents, in latest decades, corporative/ industrial groups, because of several reasons, even by the pressure of society itself, had to ignore their reactive position, adopting, proactive environmental conduct. In this context, the Environmental Education falls, being conceived as an instrument of great importance in the process of changing attitudes in these enterprise environments. However, the deployment of an education such as environmental taken in these environments could assume bias differentiated, and sometimes limited, aiming to meet certain minimum legal requirements. Thus, this search had as objective to ascertain the activities of environmental education promoted by a group located in the Southeast of Brazil and specialized in the distribution of Electricity and Services, through its environmental program called "WELCOME". At the same time, also sought to characterize the composed activities in that program taken as educational. Through analysis of field research and documents, it was found that the activities undertaken by the group are focused and more often focus on the marketing business and less on the discussions concerning the major issues of education and environmental degradation.

Keywords: GROUP, Program “*WELCOME*”, *marketing*, environmental education.

INTRODUÇÃO

O século XX certamente pode ser considerado como aquele em que os problemas de ordem ambiental passaram a ter uma nova dimensão no cenário mundial. Isso porque uma sucessão de graves acidentes se intensificou, fazendo com que assuntos voltados à temática ambiental ocupassem um lugar de destaque nas pautas de discussões em diferentes fóruns e instâncias.

Dentre aqueles acidentes mais conhecidos, destacaram-se: a poluição atmosférica produzida por vapores tóxicos provenientes do adensamento industrial em Londres, em 1952, o que causou a morte de 1600 pessoas; a contaminação por mercúrio na Baía de Minamata, no Japão, em 1954, conseqüência do despejo de efluentes de uma fábrica de cloro e soda, produzindo uma doença denominada de *Mal de Minamata*, provocando danos neurológicos em homens e animais; o vazamento na usina nuclear de Three Island, nos Estados Unidos, em 1979; o acidente de Bhopal, na Índia, em 1984, quando um vazamento de gás venenoso numa indústria química da Union Carbide provocou a morte de mais de 2000 pessoas, afetando outras duzentas mil, e, ainda, o desastre em uma usina nuclear de Tchernobyl - na Ucrânia - ex-União Soviética, em 1986, dentre tantos outros casos (FREITAS, 2006).

No Brasil não foi diferente. Foram registrados casos como o acidente em Cubatão, no Estado de São Paulo, onde a intensa poluição gerada por um complexo industrial ali instalado provocou graves problemas de saúde na população, chegando a registrar, inclusive, casos de fetos com malformações congênitas. O acidente radiológico de Goiânia em 1987, onde o vazamento radioativo de uma cápsula de césio-137 causou a morte de uma criança e três adultos, também ocupou as manchetes à época. (MINC, 1997; DIAS, 1993; BRANCO, 1997).

Em março de 2003, também ocorreu um acidente na indústria Cataguazes Papel, localizada no Estado de Minas Gerais que chamou muito a atenção da sociedade. Um reservatório contendo substâncias tóxicas rompeu-se, devido ao péssimo estado de conservação, vertendo cerca de 1.2 bilhões de litros de dejetos químicos no Rio Pomba, um dos maiores afluentes da porção média do Rio Paraíba do Sul, que delimita os Estados de Minas e Rio de Janeiro. Conforme comprovado ultimamente através de diferentes e sucessivos fatos, a quantidade de acidentes provocados por empresas/ indústrias tem gerado danos, senão, quase irreversíveis ao *habitat* do planeta. Neste contexto, as empresas/ indústrias, pressionadas pelo mercado, pelo poder público, pelas Ong's, pela sociedade em geral, viram-se obrigadas a ter que adotarem uma postura, *em tese*, denominada de “ambientalmente correta”.

Segundo a *Folha On Line*, somente no ano de 2000, a Petrobrás, foi responsável por pelo menos 8 acidentes ambientais envolvendo vazamentos. Em 18 de Janeiro de 2000, ocorreu um vazamento de 1.290 toneladas de óleo na Baía de Guanabara. Em 11 de março de deste mesmo ano, 18 mil litros de óleo vazaram em Tramandaí (a 25 km de Porto Alegre). No dia 16 de março de 2000, 7.250 litros de petróleo vazaram do Terminal Almirante Barroso, em São Sebastião, litoral norte de São Paulo. Outro acidente ocorreu, em 26 de junho de 2000, onde cerca de 4 milhões de litros vazaram da Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, mesma data em que, no Paraná também houve reincidência de vazamento de petróleo na Baía de Guanabara, sendo derramados 380 litros. No dia 16 de julho de 2000, 4 milhões de litros vazaram da Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, no Paraná. Um outro vazamento de MTBE (metil terc-butil éter) em 31 de julho de 2000, ocorreu em Paracambi, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Em 11 de agosto, 1.800 litros vazaram no Rio Grande do Norte e, no dia 31 de agosto de 2000, 4.000 litros vazaram em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

Neste momento de desastres e intensas discussões voltadas à degradação ambiental, o meio ambiente se tornou uma oportunidade de negócios (LOMBORG, 2001). O ambiente deixa

de ser um elemento/ aspecto de nenhum ou pouco interesse e passa a ser uma fonte adicional de eficiência e competitividade para diferentes atores (ARAUJO, 2005), quando a chamada postura “*ambientalmente correta*” e, às vezes imediatista proposta pelas empresas em função da pressão exercida pelo mercado e pela sociedade, passou a ser fundamental para, de forma “*legal*”, se auferir mais lucros e até se projetarem. Nesse cenário, ressalta Simons (2006), é que se tenta inserir a educação ambiental como uma das possíveis ferramentas que, em instância não-neutra, busca mudanças de ordem socioambiental, apoiada, inclusive, em questões de foro político.

A necessidade de se identificarem produtos e, posteriormente processos que apresentem pouco ou nenhum impacto ambiental, fez com que fossem criados um número cada vez maior de normas e requisitos legais, cujo objetivo principal é a contenção e/ ou diminuição da atual e crescente degradação ambiental, principalmente aquelas advindas dos meios corporativos. Nesse particular, tem se destacado a Norma ISO 14001, cujo objetivo é o de minimizar os impactos ambientais industriais produzidos pelas indústrias. Com a implantação de um sistema de gestão ambiental e a conseqüente certificação ISO 14001, as empresas que passaram a adquirir tal certificado têm suas atividades profissionais consideradas “*ambientalmente corretas*”, dispondo de um novo dispositivo na acirrada disputa exigida pelo mercado. Assim, as certificações ISO 14001 junto à implantação dos sistemas de gestão ambiental, passaram a fazer parte do *dia-a-dia* das empresas na busca pelo atendimento às legislações nacionais e internacionais e também, conforme Simons (2006), pela própria existência da competitividade.

Assim, em função desta competitividade e das exigências da Norma ISO 14001, a empresa - *em tese* – tende a buscar uma melhoria de seu desempenho ambiental, para que o certificado que lhe é conferido possa ser mantido. É isso o que ocorre também com o GRUPO distribuidor de energia elétrica objeto dessa pesquisa. Através do Programa educativo denominado *WELCOME*, o GRUPO inicialmente implanta e divulga suas ações ambientais aos funcionários recém-contratados. Dessa forma a educação ambiental é inserida no cotidiano daqueles funcionários, buscando incutir nos mesmos, mudanças de atitudes e valores, principalmente com relação àquelas voltadas às suas atividades profissionais, aos processos, às posturas, enfim, a uma *nova*, senão outra forma de conceber o meio ambiente.

Transitando por alguns setores do GRUPO, percebe-se a condição de obrigatoriedade daquele programa no momento de ingresso dos funcionários. No entanto, torna-se extremamente importante refletir sobre a existência de Programas Corporativos ambientais tal qual a proposta

por esse GRUPO, cujo intuito é, *a priori*, educar para um ambiente saudável e sustentável. ARAUJO (2003) ressalta que a educação ambiental deve estar inserida nessa discussão, porém, num plano mais amplo, de forma a retirar, de alguns setores da sociedade, a condição de inércia e passividade a que está exposta há muito, na busca por um desenvolvimento ético. Simons (2006), ressalta, inclusive que há uma distância muito grande entre o discurso proferido pelas empresas e a ação das mesmas. Para a autora, promover um processo reflexivo no âmbito das organizações enfrenta as barreiras oferecidas por uma lógica baseada na busca constante do lucro imediato.

PROBLEMA

Um processo educativo crítico voltado ao meio ambiente deve visar à transformação, tanto individual, quanto coletiva e, em consequência deste ato, a da unidade. O que muito se presencia, o que muito se busca é a ocorrência deste processo de forma contrária, ou seja, a busca de modificações individuais/ pontuais para, conseqüentemente, se tentar atingir o coletivo. Desta forma, educar pessoas ainda desprovidas de uma *consciência ambiental* representa tarefa árdua e, sem dúvidas, de longo prazo. De acordo com Leff (2003),

A questão ambiental é o questionamento do pensamento e também do entendimento em um mundo *tecnologizado*, onde a educação ambiental a ser trabalhada deve ser projetada, analisada e compreendida de acordo com a cultura vigente das organizações que, muita das vezes objetivam o lucro como a única meta. (p.18)

Assim, vem se refletindo constantemente, principalmente com a criação de programas ambientais corporativos em larga escala, sobre o *alcance* das atividades educativas produzidas por um Programa ambiental empresarial que se pretende inserir nas questões educativas. Isso porque, somente a partir do final da década de 90, do século passado, que as empresas passaram a ter maior atuação nas questões voltadas à temática ambiental, com atitude pró-ativa, tendo inclusive, a partir de então, que internalizar os custos ambientais. Conforme alerta Simons (2006),

Além da baixa permeabilidade, por parte das empresas, à inclusão efetiva da educação ambiental como instrumento ambiental, outra característica que diz respeito às diversas realidades organizacionais, fragiliza as iniciativas da

disseminação da formação ambiental nas empresas: a abordagem simplificada e limitada da implementação de cursos e treinamentos. (p. 206)

Até que ponto um Programa de Educação Ambiental corporativo tende a alcançar os objetivos e postulados básicos de uma educação realmente comprometida com o ambiente³?. Os objetivos têm como finalidade a construção de um ideário baseado nos princípios de uma educação realmente voltada ao meio ambiente? Será essa educação ambiental: ativa, crítica, transformadora e continuada? Quais os seus limites? E suas possibilidades de mudanças comportamentais? Pode haver outros interesses envolvidos nesse processo? Caso existam, qual/ quais poderão ser? Que *cultura* ambiental pode estar sendo criada e disseminada com a implantação do Programa ambiental *WELCOME*? Assim, o presente trabalho tencionou: **Conhecer** as atividades consideradas de educação ambiental promovidas por um GRUPO distribuidor de energia elétrica e serviços, através do Programa Ambiental denominado “*WELCOME*”; e **Caracterizar** as atividades do referido programa e tidas como de finalidade ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma empresa distribuidora de energia elétrica e serviços, empresa essa, onde as práticas consideradas ambientalmente corretas vêm sendo introduzidas muito recentemente. Assim, dentre as atividades ambientais desenvolvidas pelo GRUPO, foram selecionadas somente aquelas que compõem o Programa Ambiental, o qual foi denominado nessa pesquisa de “*Welcome*”.

Assim, inicialmente procurou-se conhecer cada item, fase/ etapa do programa ambiental “*Welcome*”. Registra-se que, neste Programa são desenvolvidas atividades relacionadas ao Sistema de Gestão Ambiental do GRUPO e sua certificação na norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas; ISO 14001; Licenciamento Ambiental; Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); Eficientização Energética; Programa “Luz Para Todos”, dentre outros.

As atividades de *pesquisa de campo* no GRUPO perduraram por um período de um ano e meio, quando houve a atuação efetiva e participação diária dentro das instalações do GRUPO.

³ Conforme proposto por Mata (1998), Guimarães (2000), Dias (2000), Freire (1996) Araujo (2006).

Por isso, foi possível um acompanhamento sistemático das tarefas voltadas ao Sistema de Gestão e Licenciamento Ambiental da empresa, dentre outras desenvolvidas no Departamento de Meio Ambiente, atentando-se, principalmente para àquelas inclusas no Programa “*Welcome*”, anteriormente citado.

Definiu-se que a pesquisa envolveria a abordagem qualitativa⁴ (MINAYO, 1994), decorrência natural não somente da característica do objeto a ser pesquisado, como também dos objetivos propostos, com o método de pesquisa descritivo, focado na pesquisa documental. Cervo e Bervian (1983), ressaltam que a pesquisa descritiva *observa*, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los. Tal pesquisa pode assumir diversas formas, tais como: estudos exploratórios, estudos descritivos, pesquisa de opinião, pesquisa de motivação, estudo de caso e pesquisa documental.

Quanto às fontes documentais, Gil (1991), resalta que há “*documentos de primeira mão*” que não receberam tratamento analítico. Estão nessa categoria os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, como as igrejas, associações científicas, partidos políticos, sindicatos, diários, regulamentos etc. Assim, formulou-se como técnica da pesquisa, a análise documental, além de se fazer uso da observação direta acerca da temática.

Cada processo apresentado no Programa *Welcome* do Grupo foi observado, registrado, analisado e correlacionado sem a alteração dos fatos. Conforme Costa e Costa (2001), a pesquisa documental é aquela realizada em documentos oficiais, tais como atas, regulamentos, memorando, balancetes, CD-ROM e Internet (*site* oficial). Assim, a presente pesquisa foi realizada com base em CD-ROM, Internet (*site* oficial) e também por pesquisa de campo.

Em relação à composição da amostra e à coleta de dados, as fontes de dados do presente trabalho estão baseadas em documentos e informações obtidas no *site* oficial da empresa e na vivência/ atuação junto ao Departamento de Meio Ambiente do GRUPO. Tal vivência possibilitou, ao mesmo tempo, conhecer na prática cada atividade realizada naquele Departamento.

Assim, durante a pesquisa, foram examinados a maioria dos processos realizados pelo Departamento de Meio Ambiente do Grupo, com relação ao Programa *Welcome*. Tal exame foi realizado a fim de se conhecer a natureza e as funções de cada processo do Programa.

⁴ A pesquisa qualitativa objetiva estudar e analisar questões empíricas ocorridas em ambiente natural, buscando valorizar o contato direto do pesquisador inserido nesse ambiente junto à situação aí ocorrida.

A análise dos dados coletados se pautou nos pressupostos de Minayo (1994) e Godoy (1995), por estes contemplarem não somente o contato direto do pesquisador com o *campo* e a situação aí ocorrida, mas também pela própria forma holística com que o ambiente e as pessoas que nele convivem são observados. Nessa etapa da pesquisa foi feita uma reunião de todo o material disponibilizado do Programa *WELCOME*. A partir de então a análise e interpretação dos dados se deram de acordo com as seguintes etapas:

- 1-Leitura do material educativo utilizado pelo GRUPO em suas atividades;
- 2-Releitura mais apurada e contextualização do material obtido em *campo*, à luz do referencial teórico e do empiricismo;
- 3- Análise e interpretação do material.

RESULTADOS

O GRUPO possui o seu Departamento de Meio Ambiente de certa forma dividido, onde, basicamente costuma pontuar, separadamente, questões voltadas “à preservação da natureza” num setor, enquanto a “outra” parte da empresa está voltada à chamada Responsabilidade Social que se encontra segregado e vinculado ao Departamento de Comunicação, asseverando as palavras de Mata (1996) que o *meio ambiente* é, na maioria das vezes, concebido como o longínquo, o separado, o distante, ou seja, apenas como um *portal verde*.

Há pouco interesse por parte do GRUPO na junção - num mesmo departamento - entre o “*meio ambiente*” e a “*responsabilidade social*”, ou seja, não há muita preocupação em associar, valorizar, desenvolver, discutir e até mesmo, refletir sobre a chamada responsabilidade socioambiental. Isto, infelizmente por não haver, talvez uma falta de conhecimento mais aprofundado e realmente voltado às questões que abrangem o meio ambiente. Nesse sentido é que Borger (2006), assinala que

A incorporação da dimensão socioambiental ao processo de gestão empresarial envolve a discussão de múltiplos aspectos da organização e exige uma visão integrada da empresa, uma compreensão do todo e das partes simultaneamente, (p. 16). (grifo nosso)

Não por acaso, Simons (2006), tem advertido que a crise ambiental não se baseia simplesmente nos problemas voltados à ecologia, mas sim nos caminhos percorridos devido ao

modelo econômico estabelecido e a maneira através da qual a natureza foi dominada. Assim, ao se trabalhar com Educação Ambiental, há uma necessidade de se entender e analisar a cultura vigente nas organizações, consolidada muitas vezes em práticas que têm o lucro como a principal meta. Nesse GRUPO corporativo, conforme a pesquisa, o Departamento de Meio Ambiente é tido somente como de apoio à gestão.

Com a implantação do Departamento de Meio Ambiente no GRUPO e a conseqüente implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), a certificação ISO 14001 se tornou meta daquele GRUPO. Entretanto, na ótica de Epelbaum (2006),

Em relação à implementação de um SGA e certificação ISO 14001, o ganho de imagem é um dos ativos mais desejados pelas organizações. Como premissas básicas para certificação ISO 14001 de um SGA, impõe-se o comprometimento com o cumprimento da legislação ambiental aplicável (como requisito mínimo de desempenho) e com a prevenção da poluição. Neste sentido, não é um modelo de excelência ambiental, pois não exige os melhores padrões e tecnologias imediatamente... (p. 120)

No GRUPO, o SGA é aplicado de forma pontual, de modo que, não abrange a empresa como um todo, ou seja, a implantação do sistema ocorre no esquema de *multi sites*. Tal aplicação também se dá, pela ausência de uma consciência ambiental coletiva na empresa, de modo que, somente uma pequena parcela dos funcionários⁵ se preocupa efetivamente em contribuir de alguma forma para as questões voltadas à degradação ambiental. Assim, é extremamente importante refletir, frente à gravidade das questões voltadas à degradação ambiental que urge ações que tencionem lidar com tais problemas com a atribuição somente de uma minoria. Epelbaum (2006, p. 125), assinala que...

A falta de predefinições de requisitos de excelência ambiental possibilita a milhares de empresas uma “carta de crédito” chancelada pela certificação... Se a proposta da norma houvesse sido a de se definirem parâmetros de excelência ambiental (por exemplo, ter a melhor tecnologia disponível para a redução de poluição) até o momento da certificação, a adesão por parte das empresas seria extremamente reduzida.

⁵ Aqueles ligados diretamente ao Departamento de Meio Ambiente e de outros Departamentos, que possuem certa consciência em relação às questões ambientais.

Assim, o cumprimento do mínimo possível exigido pela norma ISO 1400 permitiu a certificação do GRUPO. Pensa-se que deveria haver maior rigidez por parte da norma ISO 14001, para que o certificado pudesse comprovar, de fato, a eficiência ambiental em um ambiente corporativo, ao invés de exigir somente o cumprimento da legislação ambiental e o desempenho, que em muitos casos chega a ser pífio.

Geralmente, em datas relacionadas ao dia do Meio Ambiente, o GRUPO promove atividades *ditas* educativas, através de eventos pontuais. Tal fato, que é muito enfatizado no Dia do Meio Ambiente se traduz nas seguintes atividades: a distribuição de sacos de lixo para serem utilizados nos carros, com dizeres sobre a preservação da natureza (tal distribuição ocorre nos pontos de entrada e saída da empresa - portões principais e garagem); distribuição de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica para os funcionários do Edifício Sede e em outras dependências do GRUPO abrangendo até outros municípios e alunos de escolas públicas; promoção de palestras sobre determinado tema, em escolas públicas; concurso de redações sobre a água, com distribuição de pequenos prêmios, e outros. Esse tipo de atitude confirma o asseverado por Simons (2006), a respeito da postura corporativa de cunho pontual e localizada de alguns pretensos programas de educação ambiental empresarial.

Reigota (2006), ratifica que a Educação Ambiental deve voltar-se para a comunidade de modo a procurar incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas. Nesse contexto, a realidade tem mostrado que o item 4.4.2⁶ da norma ISO 14001 em geral tem sido até cumprida, de acordo com o que dela se espera, porém permanece restrita somente ao escopo das auditoras, seja para a aquisição da certificação como também para a sua manutenção. Há, no GRUPO uma maior dedicação por parte dos profissionais com relação às questões ambientais somente às vésperas da auditoria. Findada a auditoria, conforme afirma Vilela Júnior (2006),

Tem-se um sentimento de dever cumprido e uma sensação de alívio toma conta da organização em detrimento de um efetivo aprendizado, perdendo-se, assim, oportunidades que, de fato, impliquem a incorporação efetiva da questão socioambiental na cultura organizacional. (p. 206 - 207)

⁶ Refere-se à competência, treinamento e conscientização dos funcionários.

É de grande valia, a busca por parte das empresas pela implementação de SGA's e a tentativa de mudar sua postura perante as questões ambientais. Contudo, de acordo com Simons (2006),

Essa mudança de postura é ainda pouco freqüente na grande maioria das empresas, não permitindo assim que uma efetiva Educação Ambiental se instale no ambiente empresarial e demonstre seus horizontes mais amplos e sustentáveis do que o mero lucro. Trata-se, então, de um necessário e nem sempre fácil processo de desconstrução de idéias, crenças e práticas agora tidas como valores únicos, na busca de uma nova cultura corporativa na qual todos os níveis hierárquicos da organização percebam e compreendam o sentido e o valor implícito na prática de uma verdadeira educação ambiental, como caminho para um melhor desempenho socioambiental. (p. 217)

Adentrando a estrutura institucional-administrativa, confirmamos que, frente às questões ambientais, há - pelo escopo, tamanho e atividades desenvolvidas pelo GRUPO - poucos profissionais atuando. E aqueles que o fazem, são como “soldados” quase solitários do *meio ambiente* que tentam se inserir em praticamente todos os eventos produzidos e promovidos pela empresa. A realização de um bom trabalho relacionado às questões ambientais no GRUPO torna-se difícil, devido, também, a própria resistência por parte dos demais funcionários (que não atuam na área de meio ambiente) a modificar sua postura no dia-a-dia, dentro, inclusive daquele espaço de trabalho. No entanto, no momento em que são apresentadas ações relacionadas ao meio ambiente, através do Programa “Welcome”, há grande interesse dos funcionários recém-contratados, com intensa participação no decorrer da palestra. Esta oportunidade deveria ser mais bem aproveitada, uma vez que, ao iniciarem um novo emprego, um novo ciclo, tais funcionários, *em tese*, parecem estar mais acessíveis às mudanças de atitudes e postura e com mais interesse.

A falta de continuidade do trabalho subjacente a essa primeira fase, corroborada pelos próprios líderes do GRUPO, desestimula gradativamente a todos. Em muitas oportunidades, ouve-se esses líderes afirmam que “*o meio ambiente não é a prioridade da empresa*”. Para Borger (2006),

A atuação socioambiental, nesse caso, passa a ser vista como uma restrição à função primária das empresas, que é maximizar a rentabilidade e defender os interesses dos acionistas, quando a responsabilidade socioambiental passa a ser

considerada uma questão marginal, custosa e muito indesejável, pois diminuiria a lucratividade e, por consequência, a vantagem competitiva das empresas. (p. 21)

Em função de tal situação, foi possível identificar, que nem mesmo as lixeiras para coleta seletiva de papel que ficam localizadas próximas a todas as mesas de todos os escritórios da empresa são respeitadas. São encontrados resíduos de diferentes espécies em tais lixeiras. Essa atitude tende a demonstrar o nível de amadurecimento dos funcionários do GRUPO com relação às questões ambientais e destaca que a real conscientização deve partir do todo para a parte, e não, como pode parecer, da parte para o todo. Apesar destes entraves existentes, os poucos profissionais pertencentes ao Departamento de Meio Ambiente tentam realizar um bom trabalho. A dedicação e a criatividade utilizada por eles em contornar as maiores barreiras impostas pelas “prioridades da empresa” devem ser destacadas, apesar de não haver maior apoio por parte dos líderes do GRUPO.

É de fundamental importância que os “atores” envolvidos passem a ser protagonistas e deixem de atuar somente como meros figurantes. Para isso, entretanto, faz-se necessário que determinados funcionários deixem de se preocupar somente com o marketing da empresa. Epelbaum (2006), sublinha que a busca pela implementação de um SGA ocorre mediante diretrizes de acionistas, da busca da melhoria da imagem, da antecipação a pressões de partes interessadas e requisitos legais ou diante da percepção de oportunidades de diferenciação de mercado.

No último ano, o GRUPO divulgou uma cartilha com suas “principais” ações ambientais. De acordo com a análise documental procedida não somente nessa cartilha, mas também em outros documentos produzidos, identificam-se as atividades/ ações corporativas consideradas de cunho ambiental que, a título de melhor entendimento foram (sub) divididas em diferentes perfis, de acordo com o objetivo final a que se destina bem como com o interesse apresentado pelo GRUPO em divulgá-las. Assim, há atividades cujo perfil está mais voltado ao marketing empresarial; enquanto outras denotam uma Educação Ambiental neutra, passiva.

Quanto ao Sistema de Gestão Ambiental divulga-se, na cartilha, que o GRUPO se preocupa com os impactos das suas atividades frente ao meio ambiente. Nesse contexto e focando seus clientes, acionistas e a comunidade, o GRUPO adotou o SGA, destacando-o como um programa que define as metas para redução dos impactos ambientais e o consumo de recursos

naturais, com a conseqüente certificação ISO 14001. As ações que mais vem destacando a imagem do GRUPO são:

→*Projeto “**Resgatando a História**” – cujo objetivo é evitar a poluição visual de uma região histórica localizada na porção sul do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, em função dos resultados de tal programa, a imagem da empresa está sempre destacada;*

→***Ornamentação Natalina** - A promoção da ornamentação natalina busca somente a promoção da marca do GRUPO;*

→***Projeto Veículo Elétrico** – É divulgado que o GRUPO participa do projeto para que veículos abastecidos com energia elétrica entrem em circulação no Brasil. Esta ação não contribui de forma imediata para o meio ambiente, uma vez que este tipo de equipamento não está em uso, não se encontra à disposição da população além de não haver postos elétricos para que o mesmo seja abastecido;*

→***Programa “Luz Para Todos”** – apesar de ter sido levada energia a clientes que não a possuíam, ressaltando que tal programa oferece condições para que o homem do campo preserve suas origens, mantenha sua família com dignidade e trabalhe de forma sustentável no cultivo da terra e em outras atividades, esta é uma atividade ambientalmente reativa por se tratar de um programa obrigatório e imposto sim, pelo Governo Federal.*

Outras atividades *consideradas* de cunho ambiental e *implementadas* pelo GRUPO, carregam em seu bojo uma característica de neutralidade, ora tendendo somente a mitigação dos danos produzidos, ora visando diretamente ao lucro, de acordo com os interesses aí envolvidos, conforme alguns dos projetos implantados pelo GRUPO e expostos a seguir:

→***Projeto Luz do Sol** - é uma atividade que contribui para a preservação do meio ambiente, porém, de forma pontual,. Sabe-se que a escolha por esta fonte de energia, através da instalação de células fotovoltaicas, está baseada no fato de que, por se tratar de um local de um centro mais bem equipado, a mesma possui um custo menor do que aquele do fornecimento tradicional;*

→**Licenciamento ambiental** - É uma atividade ambientalmente reativa (uma vez que é realizada em função da obrigatoriedade legal), pois é obrigatória, ou seja, exigida por lei. No entanto, nem todas as subestações da empresa possuem licença, apesar de já se encontrarem em pleno funcionamento;

→**Redução no vazamento de óleo** - É um outro impacto mitigado e com grande poder de divulgação. Algumas subestações do GRUPO possuem caixas separadoras de água e óleo abaixo dos transformadores. Porém, a maioria daquelas subestações ainda não possui o equipamento. Apesar deste ser um critério de exigência do órgão ambiental competente pela área, o que há são somente projetos para construção destas caixas em todas as subestações;

→**Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)** - Os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) podem ser considerados como um grande benefício para o meio ambiente. É possível reduzir a quantidade de gases do efeito estufa lançados na atmosfera, reduzindo assim, a aceleração do aquecimento global. No entanto, o Grupo não realiza projetos MDL, e sim, somente os comercializa;

→**Tratamento dos resíduos operativos em subestações e pólos operacionais** - Tal procedimento é realizado pelo Departamento de Logística do GRUPO. No entanto, o Departamento de Meio Ambiente fornece apoio à gestão àquele departamento, indicando empresas aptas, ou seja, devidamente licenciadas, para realizar o transporte e destinação adequados dos resíduos que, posteriormente, são enviados à reciclagem;

→**Eficientização energética** - Esta é uma atividade de grande valor pelo fato de permitir a geração de energia através de fontes limpas e pelo fato do projeto ser instalado em estabelecimentos que possuem poucos recursos financeiros. Assim, passa-se a mensagem de que o GRUPO atende hospitais e instituições filantrópicas, instalando placas térmicas que aquecem a água através de energia solar, reduzindo, com isso o gasto de energia elétrica. No entanto, os ganhos obtidos através da eficiência de processos não são suficientes para compensar o aumento em termos absolutos do consumo de recursos, uma vez que as mudanças incrementais

propiciadas pelos ganhos de ecoeficiência são um passo importante, mas não suficiente para alcançar o desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é preciso percorrer um longo caminho para que a educação ambiental possa assumir um papel efetivo na gestão ambiental empresarial, uma vez que esses programas não estão enraizados na cultura organizacional, levando a que sejam aplicados de forma parcial ou simplificada. Simons (2006, p. 204)

Ao ser realizada uma relação entre o exposto na presente pesquisa e a gravidade da atual crise voltada às questões ambientais, pode-se perceber que há um longo caminho a ser percorrido a fim de que a sociedade possa harmonizar-se às condições de sua própria sobrevivência. É sabido que o desenvolvimento sustentável pode não ser viável de acordo com as premissas do capitalismo, uma vez que deteriora/ explora/ compromete a matéria prima e as condições ambientais necessárias, para a concretização de suas atividades. Sendo assim, faz-se urgente um encontro harmônico entre as condições econômicas, sociais e ambientais.

Desta forma, pode-se perceber que a conscientização ambiental deve emergir em caráter urgente a fim e que se possa tomar outros rumos em favor da vida e da qualidade da mesma. No entanto, ainda hoje, percebe-se que as questões socioambientais não representam a prioridade, através de determinadas atitudes, tais como:

- há poucos profissionais no GRUPO atuando na área ambiental, considerando a gama de atividades voltadas às questões ambientais a serem realizadas, bem como o tamanho do GRUPO;

- o Grupo realiza os *costumeiros* “programas ambientais” de forma pontual e estanque, tais como: palestras sobre o Dia Mundial da água, o Dia Mundial do Meio Ambiente, plantios de flores, de determinadas espécies da mata atlântica etc. Assim, o meio ambiente continua sendo entendido/ percebido como distante, afastado, o outro. Isso porque o foco está sempre voltado para a natureza, para a ecologia, ignorando a presença e participação e ansiedades do homem;

- quanto ao programa ambiental “*Welcome*”, este procura sim, estimular ou divulgar ou informar aqueles funcionários recém-contratados. Inicialmente, a percepção desses funcionários a

respeito do Grupo é de uma empresa comprometida com as questões ambientais. No entanto, tal imagem se esvai em função da falta de seqüência e apoio que tais questões recebem por parte dos próprios líderes do Grupo. A concepção e postura destes líderes se traduzem através do seguinte depoimento bastante difundido naquele espaço: “*meio ambiente não é prioridade da empresa, e sim, um apoio à gestão da mesma*”;

- o Programa de Educação Ambiental do Grupo contribui, sim, de modo significativo para a imagem da empresa. Há ações que até possuem certa eficiência, porém, por não contribuírem de forma significativa para a empresa, não recebem tamanho destaque. Isso porque a norma ISO 14001 parece ser mais utilizada com propósitos de *marketing*, principalmente junto aos funcionários, no sentido de fazer - até certo ponto - uma divulgação de que o GRUPO é possuidor de um certificado internacional e, portanto, está devidamente habilitado e apto a operar dentro da área a que se propõe;

- a concepção sobre Responsabilidade Social do Grupo está dissociada das questões ambientais, haja vista que o Departamento de Meio Ambiente é responsável somente por “*cuidar da natureza*”, enquanto a Responsabilidade Social empresarial, *segregada*, está alocada no Departamento de Comunicação;

-é transmitida à sociedade, a imagem de que todos os setores estão certificados na ISO 14001. Contudo, tal certificação ocorre parcialmente, pois somente uma pequena parcela do GRUPO (cerca de 15%) está certificada, de acordo com o esquema *muiti-sites* permitido pela norma ISO 14001. No entanto, há previsão para que a totalidade dos estabelecimentos da empresa seja certificada dentro de três anos. De uma forma geral, a norma internacional ISO 14001, deveria ser, talvez, um pouco mais rígida, no sentido de exigir das empresas mais do que “*apenas*” o cumprimento da legislação ambiental, traduzida num desempenho mínimo (comprometido com a melhoria contínua do sistema) para que o certificado pudesse realmente comprovar a eficiência ambiental num ambiente corporativo.

Com a divulgação/ propagação do Programa Ambiental “*Welcome*”, dissemina-se uma cultura ambiental limitada, difundindo-se a idéia de que as ações realizadas pelo GRUPO e por

seus funcionários em determinadas datas, bastam para neutralizar os impactos e danos ambientais causadas por suas atividades. Assim, não se criou “uma cultura de compromisso e respeito para com o Meio Ambiente” (frase esta utilizada, inclusive, no início da apresentação do programa “Welcome”), impedindo-se a propagação de um processo educativo crítico e transformador. Isso até, devido ao grande interesse demonstrado por parte daqueles funcionários recém-contratados durante a divulgação do programa ambiental “Welcome”. Momento esse que deveria ser melhor aproveitado, no sentido de se tornar possível uma maior integração, continuidade e internalização de todos, com relação à questão ambiental. No entanto, não há estímulos por parte dos líderes do Grupo em relação à Educação Ambiental.

Enfim, para que realmente venham ocorrer mudanças na cultura ambiental do Grupo de modo a ampliar os limites de alcance de uma educação ambiental participativa, ativa, crítica, contínua e realmente comprometida com as questões socioambientais, se faz necessário que seus líderes se comprometam efetivamente com esta questão, e não mais considerem a aplicação de certas educações ambientais em desacordo com os principais e vigentes problemas de degradação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Joel de. **Estado, Educação e Cidadania. Vetores de reflexão em busca da sustentabilidade na [nova] ordem.** Revista Educação Ambiental em AÇÃO, nº 6 - setembro de 2003, Rio Grande do Sul.

_____. **O Dito e o Interdito no Ambientalismo das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. 276 p.** Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - CEG, 2005.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. **NBR ISO 14001. Norma Brasileira: Sistemas da gestão ambiental** – Requisitos com orientações para uso, Brasil, 2004.

BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade corporativa: A dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. **In: Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental, desafios e perspectivas para as organizações.** JÚNIOR, Vilela, DEMAJOROVIC, Jacques et alli, São Paulo: Senac, São Paulo, 2006.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate.** São Paulo: Moderna, 1997.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários.** São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COSTA, M. A. F; COSTA, M.F.B. **Metodologia da Pesquisa: conceitos e técnicas**. Rio de Janeiro, Interciência, 2001.

COSTA, T. C; PEDLOWSKI, M. A. **Um estudo sobre os impactos do acidente ambiental da “Cataguazes Papel” sobre as comunidades de pescadores da foz do rio Paraíba do Sul**. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_tanize_costa.pdf. Acesso em 17 de Maio 2007.

DEMAJOROVIC, Jacques. Ecoeficiência em serviços: diminuindo impactos e aprimorando benefícios ambientais. **In: Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental, desafios e perspectivas para as organizações**. JÚNIOR, Vilela; DEMAJOROVIC, Jacques et alli, São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental, princípios e práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

EPELBAUM, Michel. **Sistemas de Gestão Ambiental**. JÚNIOR, Vilela, DEMAJOROVIC, Jacques, São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

FOLHA ON LINE. **Petrobrás está envolvida em 8 acidentes ambientais apenas em 2000**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u13874.shtml>. Acesso em: 07 de Fevereiro de 2008.

FREITAS, Maximiliano. **Considerações sobre treinamento ambiental na indústria do petróleo e a educação par o desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós- Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense(UFF) - Niterói: (s.n.), 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. **In: Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, nº 2, p.57- 63, Mar/Abr.1995.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. São Paulo, Cortez, 2003.

LOMBORG, Bjorn. **The Skeptical Environmentalis- measuring the real state of the world**. Cambridge: University Press, 2001.

MATA, Speranza França. Meio Ambiente: **Entre a Vida e o Verde**. **In: Anais – Seminário de Educação Ambiental e a Nova Ordem Mundial**, UFRJ/ CFCH, 1998.

MINC, Carlos. **Ecologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et alli. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Wagner Costa. Em busca da qualidade de vida. **In: História da cidadania.** PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi, São Paulo: Contexto, 2003.

SIMONS, Mônica Osório. **Educação ambiental na empresa: mudando uma cultura. In: Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental, desafios e perspectivas para as organizações.** JÚNIOR, Vilela; DEMAJOROVIC, Jacques, São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

VILELA JÚNIOR, Alcir. *Auditoria ambiental: uma visão crítica da evolução e perspectiva da ferramenta.* **In: Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental, desafios e perspectivas para as organizações.** JÚNIOR, Vilela, DEMAJOROVIC, Jacques et alli, São Paulo: Senac, São Paulo, 2006.